

Museu de Arqueologia de Itaipu: mediação de conflitos para o equilíbrio social e ambiental

Maria De Simone Ferreira*

RESUMO

Museu de Arqueologia de Itaipu: mediação de conflitos para o equilíbrio social e ambiental

O artigo tem por objetivo discutir o tema “Museus para harmonia social”, proposto para o X Seminário Permanente do MHN, investigando se a prática dos museus, quase três décadas após a Declaração de Quebec (1984), realmente se destinou a ações que visassem ao desenvolvimento das populações. Para tanto, a análise central recairá sobre o caso do Museu de Arqueologia de Itaipu (MAI), a partir do enfoque sobre o histórico de envolvimento da comunidade local com o museu. O enfraquecimento da relação museu/comunidade, a degradação ambiental de Itaipu, a redefinição das identidades dos habitantes da região e a reflexão sobre a inserção do MAI nesse território pautam as discussões deste artigo que, em última análise, trata do Programa de Educação Ambiental do MAI como estratégia para a reaproximação e a promoção do diálogo entre pescadores, estudantes e museu pelo viés do patrimônio cultural e ambiental.

PALAVRAS-CHAVE

Museu de Arqueologia de Itaipu; Declaração de Quebec; Educação Ambiental; Território; Patrimônio.

ABSTRACT

Itaipu Archeology Museum: mediation of conflicts for social and environmental balance

The aim of this paper is to discuss the theme ‘Museums for social harmony’ adopted by the X Permanent Seminar of MHN, by investigating if the practice in museums, almost three decades after the Declaration of Quebec (1984), has actually been concerned with actions aiming the development of the populations. The central analysis is focused on the case of the Itaipu Archaeology Museum (MAI), and looks at the history of involvement of the local community with the museum. The weakening of the museum/community relationship, the environmental decay of Itaipu, the redefinition of identities of the local inhabitants, and reflection on the presence of MAI in that region guide the discussions in this paper which also deals with MAI’s Environmental Education Program as a strategy to strengthen ties and to encourage dialogue among fishermen, students, and the museum through cultural and environmental heritage.

KEYWORDS

Itaipu Archaeology Museum; Declaration of Quebec; Environmental Education; Territory; Heritage

Uma proposta para reflexão

O tema “Museus para harmonia social” adotado para o X Seminário Permanente do Museu Histórico Nacional (MHN) seguiu as orientações do Conselho Internacional de Museus (ICOM) e, conseqüentemente, do próprio Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM) para a promoção de discussões em torno deste tema central, tendo como palco das reflexões o museu e o papel que desempenha na sociedade.

A carta convite para o evento indicou o ponto de partida para os debates que se seguiriam acerca de tema tão abrangente; a Declaração de Quebec (1984) é citada como um marco para a afirmação do Movimento Internacional para a Nova Museologia (MINOM) e de suas propostas para a Museologia e as práticas em museu. Este documento reforça a necessidade de ruptura da Museologia com paradigmas passados quanto à forma de se pensar o museu, ampliando-a para uma aproximação junto à sociedade no sentido de buscar soluções para os problemas que afligem as populações das comunidades onde os museus estão inseridos.

A Declaração de Quebec propõe que a Museologia exceda aquelas funções tradicionais atribuídas aos museus de preservação, pesquisa e comunicação, para agregar práticas mais vastas que, de fato, impliquem mudanças no campo social, em que a ação museológica extrapole muros institucionais para se integrar ao meio humano e físico:

* Técnica em Museologia do Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM) desde 2006. Mestre em História Social da Cultura pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Graduada, em 2005, em Museologia pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), tendo ingressado no mesmo ano no Programa de Especialização em Patrimônio do IPHAN e da UNESCO. Atualmente dirige o Museu de Arqueologia de Itaipu – MAI/IBRAM/MinC.

A nova museologia – ecomuseologia, museologia comunitária e todas as outras formas de museologia ativa – interessa-se em primeiro lugar pelo desenvolvimento das populações, refletindo os princípios motores da sua evolução ao mesmo tempo em que as associa aos projetos de futuro.¹

Se as propostas de Quebec, em 1984, enxergavam o museu como instrumento capaz de mudar a realidade social das comunidades em que se situavam, assim como locus de criação e perpetuação de anseios e identidades, muito se deveu à Declaração de Santiago de 1972, cujas recomendações giravam em torno do conceito que se desenhava de “museu integral”. Em Santiago, já se tornava patente a necessidade de um novo formato de museu que não se engessasse em modelos e práticas pretéritos que pouco tocavam a vida das pessoas. Os museus deveriam prezar pela interlocução com suas comunidades e com as questões centrais que conformavam a realidade do território que ocupavam e do qual faziam parte.²

Naquele momento, quase quarenta anos atrás, e ainda hoje tão atual, pensava-se que:

Os problemas colocados pelo progresso das sociedades no mundo contemporâneo devem ser pensados globalmente e resolvidos em seus múltiplos aspectos, que eles não podem ser resolvidos por uma única ciência ou por uma única disciplina; que a escolha das melhores soluções a serem adotadas, e sua aplicação, não devem ser apanágio de um grupo social, mas exigem ampla e consciente participação e pleno engajamento de todos os setores da sociedade.³

A interdisciplinaridade e a participação de uma coletividade para a discussão e a busca por soluções frente ao progresso que se impunha aceleradamente e que se manifestava de forma heterogênea pelo mundo, em particular na América Latina, eram apontadas como meios para lidar com uma realidade globalizante de mundo e modificadora de microrrealidades regionais.

Ao museu caberia a função de catalisar as ações locais frente aos desafios que se apresentavam a essas sociedades e a seu meio ambiente, expandindo

não só a função do museu, mas igualmente a noção de patrimônio, para uma compreensão mais integral do homem e sua relação com o ambiente.

A questão a ser pensada por este Seminário Permanente, décadas após as Declarações de Santiago e Quebec, é se aquilo que os documentos propunham como condição seminal para a existência futura dos museus – uma mudança na prática dessas instituições – se concretizou. Em outras palavras, se o teor dessas declarações realmente modificou, e como modificou, o *modus operandi* dos museus. De tal forma, resta a nós discutir sobre os fracassos e as superações de nossos museus enquanto agentes ativos no processo de construção de uma harmonia social e, ainda, sobre o papel que as instituições assumiram para si na contemporaneidade.

Museus entre harmonia social e conflitos: o MAI, a comunidade e o entorno

Uma vez lançado o questionamento desafiador acerca das práticas operacionalizadas por nossos museus, sob o enfoque das proposições da Declaração de Quebec, tomar-se-á o caso do Museu de Arqueologia de Itaipu (MAI) para analisar como este museu em específico tem lidado com essa questão, especialmente ao considerar-se as diretrizes da Política Nacional de Museus⁴ que norteiam as ações dos museus brasileiros em prol de uma mudança de perspectiva eficaz no que diz respeito à relação dos museus para com as comunidades de seu entorno. Refletir sobre tamanhas modificações conceituais, práticas e políticas no cotidiano do MAI obriga a repensar a história de criação deste museu.

O MAI localiza-se em Itaipu, bairro da Região Oceânica de Niterói, a poucos passos da praia de mesmo nome. O museu encontra-se incrustado em um território não muito extenso geograficamente, mas de uma gigantesca variedade ambiental e cultural. Ele está instalado nas ruínas do antigo recolhimento feminino de Santa Teresa, no sopé do Morro das Andorinhas – um anexo do Parque Estadual da Serra da Tiririca (PESET) –, rodeado pela Colônia de Pescadores Z-7, a cerca de 400 metros do sítio arqueológico Duna Grande, da Laguna de Itaipu e da aldeia Guarani Mbyá, de Camboinhas, e é vizinho à Igreja de São Sebastião de Itaipu, construída em 1716. As condições ambientais da região vêm permitindo há milênios sua ocupação e fazendo

da pesca não só fonte de subsistência, como também, até recentemente, a principal atividade econômica de Itaipu, uma prática que determinou de muitas maneiras o contorno das sucessivas culturas locais.

A construção do findado Recolhimento de Santa Teresa teve início em 1716, sendo concluída em 1764, ano em que entraram para o recolhimento as primeiras mulheres. A instituição tinha por objetivo afastar mulheres e meninas do convívio em sociedade, fosse por motivo de adultério, prostituição, gravidez pré-nupcial, orfandade, desprovimento circunstancial da proteção masculina ou, ainda, para retiro da vida secular e formação religiosa até o casamento.⁵

Para o Recolhimento de Santa Teresa mulheres foram encaminhadas até as primeiras décadas do século XIX, quando a já então empobrecida instituição entra em declínio e o prédio é abandonado, tendo início o processo de degradação física da construção.⁶ No início do século XX, as ruínas abandonadas começam a ser ocupadas por pescadores, que constroem pequenas habitações em seus antigos cômodos. Entretanto, esta ocupação das áreas internas não tardaria a deixar de ocorrer para passar a dar-se no entorno das ruínas.⁷

Nos anos de 1940, iniciam-se os estudos pela Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN) – atual IPHAN – para o tombamento daqueles remanescentes de prédio do Brasil Colônia, considerados relevantes tanto estética quanto historicamente. O tombamento se efetivaria em 8 de janeiro de 1955 com a inscrição do bem no Livro do Tombo das Belas Artes.⁸ A partir de então, os pescadores que, representados pela Colônia, já haviam-se manifestado a favor da preservação da antiga construção, começam a desocupar o interior das ruínas para que se iniciassem as obras de consolidação e restauração.

Durante os anos de 1960 e 70, o arquiteto do IPHAN Edgard Jacintho esteve à frente das obras do prédio recém-tombado, e é dele que parte a ideia de criação de um museu a ser abrigado naquele espaço, de forma a garantir a proteção das ruínas, dotando-as de uma função didático-científica. Jacintho propõe a Renato Soeiro, diretor do IPHAN à época, que fosse criado ali um museu de arqueologia, tendo em vista que a região de Itaipu era talhada de sítios arqueológicos, dentre os quais se destacavam os sítios Duna Grande e Sambaqui de Camboinhas.⁹

A proposta de Jacintho era inovadora para a época, pois vislumbrava um museu que se integraria ao território pontuado por sítios arqueológicos, e que seria palco para o desenvolvimento de atividades educativas. Renato Soeiro considerou, inclusive, instalar no futuro museu, em uma parceria com o Departamento de Antropologia da Universidade Federal Fluminense, um laboratório para pesquisa do material proveniente das escavações e coletas que seriam realizadas nos sítios por equipes interinstitucionais de professores, alunos e pesquisadores.¹⁰

O MAI é criado em 22 de março de 1973, e o projeto de Soeiro, entretanto, nunca saiu do papel. O núcleo inicial do acervo do museu foi a coleção de artefatos e restos de alimentação pré-históricos doada por Hildo de Mello Ribeiro, fiscal de pesca e morador de Itaipu, que, como amador, desempenhou atividade de arqueólogo por quase vinte anos, coletando nos sítios arqueológicos da região mais de mil itens, que foram transferidos ao MAI quando de sua criação. A dedicação voluntária de Hildo de Mello Ribeiro à proteção da integridade física dos sítios e das ruínas do Recolhimento de Santa Teresa lhe garantiu o reconhecimento e as credenciais por parte do IPHAN como arqueólogo amador.

Além da Coleção Hildo, compuseram o acervo do museu em seus primeiros anos de existência a Coleção de Blocos Testemunhos, oriunda da Pesquisa de Salvamento do Sambaqui de Camboinhas, coordenada pela professora Lina Kneip, do Museu Nacional, bem como uma canoa centenária de jequitibá doada pela comunidade de pescadores, que a utilizava como cocho para tingimento de suas redes de pesca.

Em 1982 é montada pela primeira vez a exposição de longa duração “Aspectos da pré-história do Rio de Janeiro na faixa litorânea compreendida entre Niterói e Cabo Frio”, concebida e organizada por uma equipe de especialistas variados do IPHAN, do Museu Nacional e do Instituto de Arqueologia Brasileira (IAB), e que tinha por finalidade apresentar as tipologias de sítios arqueológicos mais frequentes nessa extensão litorânea do Rio de Janeiro, o que necessariamente incluía os sítios arqueológicos de Itaipu.

No entanto, em uma análise mais aprofundada dos critérios e do partido museográfico adotados pela equipe para escrever o discurso da instituição, percebe-se um fato curioso, se não mesmo intencional, mas que se torna implícito ao longo da exposição ao observador mais atento.

Das 83 peças utilizadas para compor a narrativa museográfica, somente 10 pertencem ao acervo do MAI, todas as outras peças provêm do IAB e do Museu Nacional. Isso significa que, de um acervo de mais de mil peças, somente 1% foi selecionado da Coleção Hildo de Mello Ribeiro, constando essas peças das legendas como “Coleção didática/Sem referência”.¹¹

A questão emergente do discurso retratado pelo MAI por meio desta exposição, em exibição de 1982 a 2009, é, ao que silenciosamente parece indicar, a prevalência da voz dos especialistas da Academia às vozes das pessoas daquela comunidade, que tanto contribuíram para a preservação das ruínas e da memória dos antepassados sambaquieiros através da coleta e da salvaguarda dos vestígios arqueológicos dos sítios de Itaipu, ainda que de forma “amadora”.

A situação plantada por esta exposição, somada às dificuldades técnico-administrativas e financeiras que assombram as instituições públicas brasileiras, acabaram por forjar um museu diferente daquele idealizado, que existiria em relação direta e integradora com seu entorno. Ao contrário disso, o que se nota nestes quase 35 anos de história do museu é que sua criação parece ter contribuído mais para o afastamento do que para a aproximação da comunidade.

A prática do MAI ganhou outro contorno, diferente e distante do de sua comunidade por um lado, e sem qualquer ligação com a pretensão anterior de se tornar lócus de pesquisa científica por outro, posto nunca ter havido um arqueólogo no quadro técnico da instituição que pudesse levar adiante as pesquisas de escavação projetadas para acontecer na região. Em oposição a isso, todas as vezes que as pesquisas ocorreram em Itaipu, fossem no Sambaqui de Camboinhas (1979), nas ruínas do Recolhimento de Santa Teresa (1991) ou no sítio Duna Grande (2010), elas sempre aconteceram em caráter emergencial e de salvamento, e foram realizadas por equipes externas ao museu.¹²

Assim, o distanciamento da comunidade das atividades do MAI foi tornando-se evidente ao longo de sua existência. A dicotomia suscitada pela mostra “Aspectos da pré-história” entre aquilo que parte da comunidade e aquilo que é chancelado pela Academia não pode ser taxada como único elemento responsável pelo insucesso das relações sociais do museu, mas

provavelmente influiu no processo de perda da cumplicidade e identidade antes existentes entre moradores de Itaipu e aquelas ruínas centenárias.

Para além das situações diretamente geradas pelo próprio museu, a Região Oceânica como um todo vem sentindo o forte peso da degradação ambiental que assola a área desde os anos 70, seja pela invasão da pesca industrial, que desconfigura a prática de subsistência da pesca artesanal com o esgotamento dos recursos pesqueiros, ou pela ocupação residencial e comercial desenfreada e desordenada da região, que redesenhou de maneira radical a geografia local sem qualquer planejamento.

O legado deixado para a atualidade por essas intervenções drásticas constitui-se em problemas gravíssimos do ponto de vista dos recursos hídricos, das ocupações irregulares e da destruição de áreas de proteção ambiental e de sítios arqueológicos, do escoamento de esgoto nas Lagunas de Itaipu e Piratininga, e em praias oceânicas; além de caracterizar uma grande preocupação para os pescadores, uma vez que esses processos destrutivos os atingem diretamente:

O desaparecimento de inúmeras espécies de pescado se deu não somente pela sobrepesca, facilitada pela introdução de máquinas e técnicas cada vez mais predatórias [...], mas também pelos efeitos negativos da poluição proveniente dos dejetos urbanos que, em muitos casos, provocam a eutroficação (redução do teor de oxigênio) das águas. O desconhecimento desses processos complexos ou mesmo a indiferença quanto às suas consequências têm levado a verdadeiros desastres ecológicos. A captura indiscriminada e em larga escala, principalmente, vem ocasionando o desaparecimento de espécies inteiras de peixes.

Frente à descaracterização dos fazeres e da conformação ambiental da região, mais a modificação do território e o enfraquecimento da identidade associada aos grupamentos humanos locais e sua produção cultural, assim como o questionamento sobre os propósitos de um museu naquela localidade, o MAI propôs, como meta principal do Plano Museológico 2007-2010, a revisão de seu discurso museológico,

considerando os problemas que afetam a sociedade local e levando em conta sua missão institucional, naquele momento, recém-elaborada, de “promover a valorização da memória das ocupações pré-cabralinas e posteriores de Niterói, através da preservação, da pesquisa e da comunicação de seu acervo visando ao acesso irrestrito aos patrimônios cultural e natural”.¹⁴

Assim, o projeto de maior prioridade no Plano Museológico 2007-2010 era a criação e a montagem de uma nova exposição de longa duração que buscasse trazer para o âmbito da instituição a discussão sobre os desequilíbrios que vêm engendrando-se neste pequeno território de Itaipu entre homem e ambiente em tão curto espaço de tempo, no contexto de uma história de ocupação humana milenar, e que, dentro da lógica globalizante dos modelos econômicos hegemônicos, tem deixado como herança desigualdades sociais patentes na região.

A exposição “Percursos do Tempo – Revelando Itaipu” foi concebida de maneira a desfocar o olhar do aspecto ilustrativo e enciclopédico de apresentação das tipologias de sítios arqueológicos, encampando uma visada não definitiva e mais aberta ao fluxo das dinâmicas sociais sobre a ocupação humana ocorrida na região desde mais remotos tempos, há cerca de sete mil anos, até a realidade multifacetária do contexto socio-cultural atual.

Se a exposição “Percursos do Tempo” indica essa forma de olhar para as identidades locais, vista por outro ângulo, a abertura do museu para um diálogo eficaz com a comunidade não viria exatamente a se consolidar por meio dessa mostra, ainda que a comunidade se sinta representada neste pequeno fragmento de realidade que é a exposição através de seus objetos doados, da menção e da exposição das peças da controversa figura do Sr. Hildo, e também daquele antigo concho de tingimento de rede que simboliza um fazer póstumo dos pescadores.

Tocar o âmago das questões que preocupam e movem essa comunidade tem exigido do museu pensar sobre sua prática e sobre uma estratégia de ação que abranja a problemática do desenvolvimento sustentável nessa região, onde relações entre patrimônios ambiental e cultural andam tão alquebradas e identidades indefinidas, em um cenário de mudanças que se materializam na velocidade da luz.

Reconstrução das relações: o Programa de Educação Ambiental

Uma vez observada a fragilidade existente na relação museu / comunidade, em tudo que a instituição representa nessa região (antiga moradia de famílias de pescadores, o poder do Estado, segurança e proteção), e também na relação entre homem e ambiente em Itaipu, o desafio que se impôs, e tem direcionado os esforços do MAI, reside na seguinte pergunta: como o museu pode promover uma reaproximação com a comunidade de Itaipu?

A proposta para tentar solucionar este distanciamento criado nas últimas décadas entre aqueles que, à sua maneira, protegem o patrimônio, e o museu, entendido como protetor oficial do patrimônio, foi a elaboração um Programa de Educação Ambiental para o MAI através do projeto de “Diagnóstico e Monitoramento da Saúde Lagunar e dos Recursos Pesqueiros de Itaipu”.¹⁵ Este projeto tem por finalidade trabalhar, a partir da comunidade pesqueira atual e dos estudantes da região, o passado histórico de Itaipu em seus milhares de anos, tratando da ocupação regional ao longo do tempo e da intervenção do homem neste ambiente, especialmente no que se refere ao uso dos recursos naturais para sua sobrevivência.

O projeto tenciona, ainda, estimular a discussão entre seus participantes acerca da problemática ambiental de Itaipu, sensibilizando os três vértices diretamente entrelaçados no Programa de Educação Ambiental (museu, pescadores e estudantes) para questões como a conservação dos recursos naturais e da biodiversidade, ao mesmo tempo em que seja fomentado o desenvolvimento socioeconômico local.

O conflito socioambiental em Itaipu diz respeito à exploração extrativista, seja do ponto de vista da pesca artesanal como da industrial, ao crescimento demográfico e aos problemas inerentes à ocupação desgovernada e, como resultado de tudo isso, à degradação dos ecossistemas de praia, laguna, mangue, banhado, restinga etc. de Itaipu:

Para o sucesso da conservação de ecossistemas periurbanos, atividades que envolvam a extração de recursos naturais devem ser monitoradas para permitir o uso sustentável e garantir a conservação não só das espécies exploradas, mas de todas as entidades biológicas

envolvidas neste processo. Dentre as estratégias de conservação a serem utilizadas em prol da qualidade de vida e da perpetuidade dos recursos naturais nestas áreas, a educação, com foco na mudança de comportamento, aparece como ação primordial, sem a qual a preservação da memória, do patrimônio cultural e dos recursos naturais para as gerações futuras pode estar comprometida.¹⁶

De forma mais específica, pode-se dizer que a ambição maior das práticas socioambientais propostas pelo projeto é realizar a união por meio do patrimônio, entendido aqui de forma integral, entre o museu, a comunidade de pescadores e os estudantes do bairro.

As seis oficinas do projeto devem acontecer por um período mínimo de seis meses, com um mesmo grupo de alunos, de maneira que se possa, através de relatórios, análises e observações, notar e mapear mudanças nos padrões de comportamento e no relacionamento dos participantes entre si e em relação ao ambiente natural. Os objetivos desse projeto são estimular o espírito investigativo dos estudantes, tendo como pano de fundo seus conhecimentos e costumes; produzir um diagnóstico preliminar dos atores envolvidos nos usos múltiplos dos ecossistemas locais e na cadeia exploratória do recurso pesqueiro em Itaipu; inventariar a biodiversidade e os recursos naturais explorados na Laguna de Itaipu e, por fim, criar um banco de dados sobre o recurso pesqueiro explorado na Praia de Itaipu.

Como parte do Programa de Educação Ambiental do MAI, o trabalho é capitaneado pelo museu, mas o projeto conta com uma rede de parceiros para sua execução: o PESET, os pesquisadores do Grupo de Estudos Interdisciplinares do Ambiente (GEIA/UERJ), a Colônia de Pescadores Z-7 e a Comunidade Tradicional do Morro das Andorinhas; sem deixar de considerar os elementos-chave do projeto: os estudantes do Colégio Municipal Marcos Waldemar, visto serem eles os orientadores, na prática, dos rumos de cada etapa do projeto.

O projeto desenvolve-se em alguns locais variados, mas todos em um raio de menos de 1 km do museu. A etapa preliminar ocorre na própria instituição de ensino, quando, em uma atividade rápida de diagnóstico, a equipe do museu trava seu primeiro contato com o grupo de alunos participantes e produz um breve levantamento sobre a intimidade ou o desconhecimento dos

alunos em relação aos ambientes que serão, nas etapas posteriores, pontos para o desenvolvimento das atividades.

Além desse rápido diagnóstico, os alunos são convocados a registrar as relações entre seus hábitos e os lugares que frequentam cotidianamente. Os primeiros resultados dessa percepção dos alunos sobre o contexto socioambiental local já apresenta alguns dados interessantes, que são apontados como aspectos positivos, como: a natureza, a região enquanto lugar de moradia, o colégio, o sistema urbanístico e o MAI; já o desmatamento e as queimadas, a sujeira, a poluição de lagunas e mangues, os animais fora de seus *habitats*, as construções irregulares, os engarrafamentos e a violência aparecem como aspectos negativos.

A primeira, a segunda e a terceira etapas do projeto acontecem no Morro das Andorinhas, parte da Unidade de Conservação Parque Estadual da Serra da Tiririca (PESET). Nessas etapas, os alunos devem fazer observações e o reconhecimento dos ecossistemas que consigam identificar do alto do Morro. Os estudantes são instigados a pensar e registrar graficamente as deslumbrantes paisagens que visualizam, não só como local de suas residências e de sua escola, mas inclusive como um território que vem sendo habitado há milhares de anos. Essa reflexão exige deles um exercício de imaginação, de recuo no tempo, para tentar retratar como, possivelmente, viveram e morreram aqueles antigos residentes de Itaipu. Ressalte-se que, dos desenhos de paisagem realizados, nove representaram os dias de hoje e dezoito voltaram-se para um registro imaginário da paisagem natural sem qualquer interferência humana.

Ainda nessas etapas, os alunos são apresentados aos moradores da Comunidade Tradicional do Morro das Andorinhas, cujas raízes genealógicas remontam ao século XIX. Para esses cidadãos do Andorinhas, as crianças preparam um roteiro de entrevista e o dirigem ao morador mais antigo, que já ultrapassa os 75 anos, e ao mais novo, que regula em idade com os alunos de 5º ano que participam do projeto.

A quarta etapa ocorre no MAI, momento em que os alunos têm a oportunidade de visitar os ecossistemas e os atuais e os antigos logradouros dos homens que já viveram em Itaipu. Além de visitar a Laguna e a Praia de Itaipu, o manguezal, o sítio arqueológico Duna Grande, visualizar do outro lado do canal artificial de Itaipu a aldeia Guarani e caminhar pelas ruelas da Colônia de Pescadores, os alunos entram em contato, pela primeira vez, com as ruínas do Recolhimento de Santa Teresa, onde se encontra o MAI.

Por entre os pátios, que até o fim do projeto serão como uma extensão de suas casas, eles conhecem um pouco da intrigante vida das mulheres nos recolhimentos, e veem na exposição “Percursos do Tempo” os vestígios dos modos de vida de nossos antepassados.

A quinta etapa abre caminho para as oficinas da sexta etapa: nela os alunos são convidados a produzir um relatório fotográfico dos ecossistemas costeiros, aproximando-os de sua realidade e procurando salientar aspectos similares entre esses ecossistemas e a importância deles para a qualidade de vida, principalmente, da população local.

A sexta etapa propõe como atividade incursões a campo, ora na Laguna ora na Praia de Itaipu, visando a despertar e incentivar ações de iniciação científica por parte dos alunos na área de Ciências Naturais. Nesta etapa, os alunos realizam um levantamento de dados acerca da situação atual e sazonal dos recursos pesqueiros e da biodiversidade local através da biometria de espécimes coletados nas armadilhas criadas e posicionadas pelos próprios alunos.

É nesta etapa também que ocorre uma maior simbiose entre os alunos e os agentes sociais envolvidos nas atividades de pesca. Neste momento, alunos dirigem-se diretamente aos pescadores para perguntar sobre a forma de manusear instrumentos e animais como o siri, ou então, para decifrar o sexo dos animais. E assim, em uma troca contínua, permitida pela aproximação entre gerações e realidades distintas, opera-se, através de um patrimônio comum, um compartilhamento entre alunos, equipe do museu e pescadores, de conhecimento e responsabilidade para com a perpetuação dessas histórias e das diversas formas de vida.

Considerações sobre harmonia social e ambiental em Itaipu

Em mãos apenas os resultados preliminares desse projeto do Programa de Educação Ambiental do MAI, e a certeza de que aquilo que a princípio podia parecer desconhecido, na verdade é só mais uma face de nossa história na Terra para a qual ainda não havíamos despertado. Afinal, o que podem propor os museus para deflagrar uma mudança de comportamento nos indivíduos quanto à discussão ambiental?

Itaipu é marcada pela desmaterialização e desconfiguração da memória local, até o presente, sempre tão vinculada à relação homem e ambiente.

Uma relação de identidade em que o homem se enxergava como parte dos ciclos da natureza; o cenário atual, porém, é de dúvidas e busca por soluções para o reequilíbrio social e ambiental em uma região alterada pela degradação do meio ambiente e, a reboque, da dinâmica social local, que teve comprometido o modo de vida do pescador tradicional.

Ao MAI cabe repensar a história da instituição e a segregação involuntária que permitiu ocorrer durante sua existência, impulsionada, em paralelo, pela rapidez com que se povoou a Região Oceânica nos últimos quarenta anos. Conforme atestado em nossa missão institucional, a responsabilidade que se assenta sobre nós é para com a memória da ocupação humana da região e o patrimônio ambiental herdado das gerações anteriores e da Terra.

A proposta do Programa de Educação Ambiental é estimular a interação entre Unidade de Conservação, escola, comunidade, equipe e público do MAI para uma mudança na percepção e na concepção que, de uma perspectiva antropocêntrica imperante, se tem do ambiente natural, cultural e social em que vivemos. A educação ambiental trabalha e contribui para o “processo de experiências e de observações que conscientiza o indivíduo sobre sua responsabilidade para com este ambiente”.¹⁷ Ela almeja despertar os indivíduos para a necessidade de se buscar um caminho de equilíbrio entre os recursos que a natureza gera e providencia, e o uso que o homem faz deles.

O MAI reforçará em 2011 a consolidação do Programa de Educação Ambiental e dará continuidade ao projeto de “Diagnóstico e Monitoramento da Saúde Lagunar e dos Recursos Pesqueiros de Itaipu”. A expectativa é de poder melhor avaliar, do prisma da produção de conhecimento, o que realmente muda ou não para os participantes das oficinas de práticas socioambientais, uma vez superadas as dificuldades operacionais iniciais de implantação de um projeto.

No entanto, como resultado satisfatório extraído do primeiro grupo de trabalho do Programa de Educação Ambiental do MAI, pode-se constatar, pelos relatos dos alunos, a sensação de pertencimento ao espaço do museu e ao território do qual este faz parte. Isto, por si só, leva a crer que laços de identidade foram criados pelas oficinas do projeto. Resta saber quão fortes são esses laços para que não se deixem romper e ponham em perigo o que esta geração pretende legar para os indivíduos vindouros.

NOTAS

- 1 DECLARAÇÃO DE QUEBEC: Princípios de base de uma nova museologia 1984. Disponível em: <<http://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/342/251>> Acesso em: abril de 2011.
- 2 DECLARAÇÃO DE SANTIAGO 1972. Disponível em: <http://www.museologia-portugal.net/index.php?option=com_content&view=article&id=3:declaracao-de-santiago-1972&catid=3:declaracao-de-santiago-do-chile-1072&Itemid=3> Acesso em: abril de 2011.
- 3 Id.
- 4 POLÍTICA NACIONAL DE MUSEUS: Memória e cidadania. Disponível em: <http://www.museus.gov.br/sbm/downloads/Política_Nacional_de_%20Museus.pdf>. Acesso em: abril de 2011.
- 5 Cf. ALGRANTI, L. M. *Honradas e devotas: mulheres da colônia: condição feminina nos conventos e recolhimentos do Sudeste do Brasil, 1750-1822*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1999.
- 6 CARTAS DE VISITAS PASTORAIS À FREGUESIA DE ITAIPU, 1811 e 1812. Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro.
- 7 MAI. Plano Museológico 2007-2010. Niterói: 2007.
- 8 Processo de Tombamento do Recolhimento de Santa Teresa (nº 365-T-46). Rio de Janeiro: IPHAN, 1955.
- 9 MAI. Plano Museológico 2007-2010. Niterói: 2007. No momento das incursões de Jacintho à região, ainda não havia sido identificado o sítio arqueológico Duna Pequena, o que só veio a acontecer em 1979 por ocasião da Pesquisa de Salvamento do Sambaqui de Camboinhas, coordenada pela professora Lina Kneip, do Museu Nacional/UFRJ. O sítio Duna Pequena encontra-se destruído, atualmente. A esse respeito ver KNEIP, L. M. *Pesquisas de salvamento em Itaipu – Niterói/RJ*. Rio de Janeiro: Gráfica Luna, 1979.
- 10 Minuta de Cooperação Técnica entre o IPHAN e a UFF. Pasta do *Museu de Arqueologia de Itaipu*. Sem data, Arquivo Noronha Santos/IPHAN.
- 11 FERREIRA, M. S. *Museu de Arqueologia de Itaipu: recompondo as camadas de um palácio arruinado*. 2007. Artigo submetido à análise para publicação na Revista Musas do IBRAM.
- 12 Instituições responsáveis pelas pesquisas nos sítios arqueológicos de Itaipu: Sambaqui de Camboinhas – Museu Nacional (1979), Ruínas do Recolhimento de Santa Teresa – IPHAN (1991), Sítio Duna Grande – IPHAN e Museu Nacional (2010).
- 13 PEREIRA, L. F. *Revisitando Itaipu: um ensaio de antropologia visual*. LIMA, R. K. *Pescadores de Itaipu: meio ambiente, conflito e ritual no litoral do Estado do Rio de Janeiro*. Niterói: UFF, 1997. p. 308.
- 14 MAI. Plano Museológico 2007-2010. Niterói: 2007.
- 15 MAI. Projeto de diagnóstico e monitoramento da saúde lagunar e dos recursos pesqueiros de Itaipu. Niterói: 2010.
- 16 Ibid. p. 3.
- 17 SCHEINER, T. Educação ambiental. *Apostila Museologia 3: Museologia, sociedade, patrimônio e desenvolvimento sustentável*. Rio de Janeiro, 2001.

Entre tramas e costuras: a conservação preventiva na coleção de têxteis do Museu Histórico Nacional

Vera Lima*

RESUMO

Entre tramas e costuras: a conservação preventiva na coleção de têxteis do Museu Histórico Nacional

O texto apresenta a reserva técnica do MHN, desde sua criação até a estruturação da reserva em duas, a RT1 e a RT2. Detalha-se o cuidado técnico do armazenamento da coleção de têxteis do Museu Histórico Nacional, com orientações de conservação preventiva, dando ênfase no tratamento e materiais adequados à conservação dos têxteis sob os cuidados do Museu Histórico Nacional.

PALAVRAS-CHAVE

Reserva técnica, têxteis, conservação preventiva, Museu Histórico Nacional.

ABSTRACT

Between tissues and seams: the preventive conservation of textiles collection of Museu Histórico Nacional

This paper shows the Collection Storage of MHN, since it's creation until it's division into two: the Collection Storage 1 and Collection Storage 2. The article shows how the collections are stored and describes the preventive conservation's orientations, emphasizing the materials necessary for the conservation of textiles collections.

KEYWORDS

Collection storage, textiles, preventive conservation, Museu Histórico Nacional.

[...] as fechaduras e as chaves que não fecham nem abrem porta alguma; as máquinas que não produzem nada; aos relógios de quem ninguém espera a hora exata. Ainda que na sua vida anterior tivessem um uso determinado, as peças de museu ou de coleção já não o têm. [...] Tudo se passa como se não houvesse outra finalidade do que acumular os objetos para os expor ao olhar.¹

Abrigar objetos em um museu é uma forma de preservá-los. Na verdade, muitos só sobreviveram por estarem guardados neles. Entretanto, após se tornarem parte de um acervo museológico, nem todos têm a mesma possibilidade de resistir à ação do tempo, pois se alguns são feitos de materiais bastante duráveis, outros são compostos por materiais sujeitos a uma rápida deterioração.

Quando artefatos chegam a um museu, transformam-se em objetos museológicos, pois, ao serem retirados de seus contextos, perdem sua primeira utilidade, adquirindo outras funções, trazidas no tempo presente à memória dos visitantes. Passam, então, a ser referência de uma época e de um estilo, revelando, com suas formas e materiais utilizados, as possíveis influências do meio no qual se originaram.

Considerados objetos patrimoniais, sua perenidade tem sido uma das grandes preocupações da sociedade moderna e o maior desafio é tomar medidas sérias quanto à sua segurança e preservação, com ações específicas quanto à sua integri-

* Museóloga, chefe do departamento de acervo do MHN e curadora da coleção de têxteis do MHN.

dade. Para objetivar e confirmar a escolha do tema escolhido para a realização deste trabalho, isto é, a conservação preventiva da coleção têxtil em geral, é necessário proceder primeiro a uma exposição, embora sucinta, de como é a reserva técnica do MHN, onde todos os materiais têxteis se encontram acondicionados.

A reserva técnica do Museu Histórico Nacional

A reserva técnica é um dos itens prioritários na política de conservação e difusão da informação de um museu. É um espaço que tem a função primordial de armazenagem de todo o acervo não exposto, com os devidos cuidados especiais para a sua conservação e segurança, independentemente de sua categoria e tipo de material. Uma característica da reserva técnica do Museu Histórico Nacional foi de sempre, desde a sua criação, receber pesquisadores previamente agendados, uma vez que esse acesso de pessoas que não integravam o corpo técnico da instituição era, geralmente, vedado.

Foi inaugurada em 4 de abril de 1984. Na época, o museu fazia parte da Fundação Nacional Pró-Memória, Ministério da Educação e Cultura, criada por Aloísio Magalhães em 1979, tendo como objetivo a restauração e revitalização dos bens patrimoniais do país. Assim, o MHN beneficiava-se de todas as suas renovações.

Ocupava a direção geral o professor Gerardo Britto Raposo da Câmara, e o dr. Glauco Campello estava à frente da 6ª DR/ SPHAN. De acordo com o processo de obras nº488/83, o engenheiro Carlos Lafayette Barcellos estava responsável pelas obras de aparelhamento e instalações das salas da reserva técnica do MHN. Foi a realização de uma grande etapa no maior museu de História do país, lançando-o como o primeiro a possuir um espaço destinado à armazenagem de todo o acervo museológico em condições adequadas, visando sua conservação e segurança. Pesquisando antigos relatórios mensais datados de 1982, podemos verificar que já existiam ações para o processamento técnico do acervo histórico e/ou artístico para sistematização e armazenamento em reservas técnicas. Com certeza, já era um pensamento voltado para um armazenamento futuro, mais adequado, num espaço único, sistematizado, em vez dos antigos depósitos onde até então eram guardadas todas as peças que não faziam parte do circuito expositivo, sem qualquer metodologia. O projeto sempre esteve sob a chancela do diretor-geral e da

equipe técnica do Museu. No término de suas obras de implementação, já em outubro de 1983, o museólogo Jorge Cordeiro de Melo tornou-se o responsável pela reserva técnica e sua organização interna até 2011.

A escolha para sua instalação, a partir de estudos criteriosos, recaiu onde funcionara anteriormente o antigo Curso de Museus. Neste local, após uma análise climatológica em todo o museu, estavam reunidas as condições técnicas ideais para a conservação, permitindo a aferição da temperatura e da umidade, e o controle das oscilações bruscas que prejudicam os acervos em geral, no momento em que, constituída por paredes com um metro de espessura, com poucas aberturas, assegurava uma menor interferência do ambiente externo; pela maior facilidade de acesso às obras de grande porte devido a estar localizada no andar térreo, assim como o pé direito alto. O aproveitamento total do espaço e a escolha dos equipamentos para a armazenagem, produzidos especialmente de ferro com proteção antiferrugem (acabamento em óxido de ferro e esmalte sintético), foram confeccionados especialmente por uma empresa de São Paulo, a *Bernardini S.A Indústria e Comércio*, atendendo às especificações dos nossos técnicos. Significaram um importante item para o acondicionamento geral do acervo, no momento em que, duráveis e resistentes, são imunes à contaminação de cupins. Uma pequena sala de apoio, na entrada da reserva técnica, também foi construída para a higienização de todas as peças que “entravam”, provenientes dos depósitos em que se encontravam ou de exposições. Um estudo bastante criterioso foi realizado para a destinação de cada espaço interno, com a aplicação de uma metodologia adequada e eficiente para o armazenamento, separando objetos compostos por materiais orgânicos, de origem animal ou vegetal, dos objetos inorgânicos. Em 1985, sob a direção de Solange Sampaio Godoy, tivemos o início do processo de revitalização do MHN, o que muito privilegiou a ampliação da Reserva Técnica, que passou de 488 m² para 864,68 m², possibilitando um melhor armazenamento do mobiliário, áreas adequadas para embalagem e outras melhorias.

Entre 2000 e 2001, com o apoio da VITAE - Apoio à Cultura, Educação e Promoção Social, pelo empenho de sua responsável, a senhora Gina Machado, a reserva técnica pôde aprimorar seus espaços com a aquisição de um mezanino com trinta metros quadrados, destinado à coleção de armário, de cinquenta metros lineares de trainéis fixos para utilização diversa, e de mobiliário de escritório que funcionava no espaço anterior à entrada da porta principal.

De 2002 a 2006, já na gestão da diretora Vera Lúcia Bottrel Tostes, o Museu passou por um período de grandes obras para a reformulação estrutural do prédio – incluindo o espaço onde a reserva técnica está inserida, principalmente na parte central dos arcos das paredes externas, voltadas para o Pátio Gustavo Barroso, ao ar livre.

Estas paredes foram substituídas por vidros temperados com 10 mm de espessura, revestidos com uma película especial para redução de UV e vedadas com material siliconado. São protegidas por grandes telas solares na cor prata, que também garantem uma redução de 90% de UV e externamente, sob toldos de policarbonato na cor bronze, em toda sua extensão.

Outra grande mudança foi quanto ao espaço físico, pois, com uma política de aquisição eficiente e credibilidade da instituição, um grande número de peças foi doado, tornando a RT1 pequena pelo volume de acervo.

Organização de espaço

A partir das obras estruturais no MHN, o espaço da reserva técnica foi alterado, recebendo uma nova divisão, constituída por dois núcleos:

- a) A RT1, com 800 m², compreendendo um grande mezanino central, uma área para a armaria e outra isolada para a Pinacoteca. Destina-se ao acondicionamento do acervo orgânico e inorgânico;
- b) A RT2, com 500 m², destina-se ao acondicionamento de todo o mobiliário.

O acervo geral da Reserva Técnica

Armazena cerca de vinte mil objetos, datados dos séculos XVI ao XXI, abrangendo uma grande diversidade de materiais, tais como a madeira, o metal, o marfim, o vidro, o mármore, o couro, a porcelana e o gesso, num volume considerável de peças de valor cultural e artístico inestimável, como também óleos sobre tela e/ou madeira, joalheria, cestaria, esculturas, brinquedos, armaria e, naturalmente, os têxteis.

Todos estes objetos estão acondicionados nas duas reservas técnicas do MHN, a RT1 e a RT2, destinadas à guarda correta do acervo museológico que não estiver em exposição, ou em trânsito, tendo em vista os vários aspectos relativos à armazenagem e à salvaguarda desses bens.

Equipamento de armazenagem

É constituído por dois conjuntos de trainéis móveis, com dez lâminas cada, suspensos a uma distância de 28 cm do solo para evitar a umidade, utilizáveis em ambos os lados para o armazenamento da pintura; vários trainéis fixos presos às paredes para melhor aproveitamento do espaço, destinados ao acondicionamento de placas, espelhos e telas; mapotecas do tipo convencional; rolos para acondicionamento de materiais têxteis de grande porte e que devam somente ser enrolados; prateleiras junto às paredes para suporte de peças maiores; porta-armas e cento e quarenta e quatro armários dispostos em dois níveis. Os do nível inferior acondicionam diversos objetos, agrupados segundo o tipo de material; e os do nível superior acomodam, exclusivamente, indumentária e acessórios.

Conservação em geral

Devido ao alto custo de instalação e de manutenção, optou-se por um controle climático sem o uso de ar condicionado. Algumas soluções menos dispendiosas vêm alcançando um bom resultado, como o uso de ventiladores de teto ligados diariamente nas duas RTs; utilização de desumidificadores, aparelhos para remover a umidade do ar, acionados sempre que os termo-higrógrafos registram a umidade e a temperatura do ar, quando este apresenta um aumento excessivo de UR.

A umidade é o fator ambiental que tem a maior incidência prejudicial produzida nos têxteis. A temperatura está intimamente ligada à umidade relativa do ar. Com baixas temperaturas, sobe a umidade relativa e vice-versa. A oscilação de temperatura produz flutuações na umidade relativa, com a consequente deterioração dos objetos. Estas mudanças provocam alterações sérias nas fibras e que podem provocar rasgos e rompimentos. A umidade relativa acelera a deterioração química e biológica do material têxtil, além do que, favorece o desenvolvimento de microorganismos. As fibras têxteis que se encontram em baixos níveis de umidade por longos tempos sofrem o perigo de ressecamento e se tornam quebradiças.

A iluminação é fornecida por conjuntos de 40 W e 54 RS, e, na pintura, quatro conjuntos em duas seções do tipo RS 27 - TL de 40 W, em função de sua baixa emissão de UV, com 159 lux.

A limpeza geral do piso de borracha antiderrapante em todas as áreas é permanente, com pouco trânsito dentro das instalações, assim como aberturas nas reservas que impedem a entrada de poeira.

Segurança

a) Contra roubo

Todos os armários possuem chaves individuais, que são diariamente recolhidas aos claviculários e identificadas por um código alfanumérico.

Há sensores de presença em todas as portas; nas janelas permanentemente gradeadas e fechadas; e em outros locais estratégicos dentro dos espaços físicos da RTs, diretamente ligados à central da segurança do MHN. Sempre tivemos um tipo de controle, quanto à entrada de sacolas e bolsas, que eram guardadas logo na entrada da RT1, numa estante especial, antes de começar a visita dos pesquisadores, mas atualmente contamos com uma determinação mais rigorosa com regras de guarda de objetos pessoais que devem obrigatoriamente ser depositados logo na recepção do museu em espaços individuais fechados à chave. Existem também dois livros especiais com assinaturas, origem, tipo de pesquisa e tempo de visita, tanto para o pesquisador da própria instituição como para o pesquisador externo. Desta forma, tomamos conhecimento integral de todos os procedimentos que ocorrem dentro das reservas.

b) Contra incêndios

Há sensores de fumaça instalados em todas as áreas, assim como diferentes tipos de extintores de incêndio. Toda a equipe deve participar de treinamentos para o uso de cada aparelho e procedimentos adequados para a eficiência de sua utilização.

c) Contra o patrimônio

Há um controle de todos os objetos sob a guarda das RTs o em que há um controle de localização de todos os objetos museológicos. Utilizamos,